

2. Breve histórico – as comunidades cristãs primitivas

Sociologicamente, sabe-se que qualquer grupo constituído por pessoas para que possa subsistir ao longo dos tempos, precisa de uma estrutura institucionalizada. Em relação às comunidades cristãs primitivas não foi diferente. Pode-se observar, principalmente a partir do livro dos *Atos dos Apóstolos*, como, aos poucos, as comunidades cristãs foram se organizando e se estruturando a fim de resistir às perseguições e aos ataques sofridos, tanto de fora, impostos pelo Império Romano (Cf. At 12,1ss), quanto no interior das próprias comunidades (Cf. At 4,3; 5,18.40; 7,59; 9,23; 14,2.5; 16,22), sobretudo, como no caso de judeus judaizantes que perseguiram os gentios recém convertidos ao cristianismo, por causa da circuncisão (Cf. At 15).

Não obstante, de acordo com Salvador Pié-Ninot, a Igreja cristã primitiva tornou-se norma e fundamento para as Igrejas cristãs, de todos os tempos. O período apostólico, entre o ano 30-65 d.C., evidenciou como era a vida em comunidade dos primeiros cristãos. Apesar de Jesus não parecer explicitar um interesse de criar uma sociedade distinta, implicitamente, existia na sua pregação uma forte tendência à eclesiologia. Por conseguinte, logo os cristãos se organizaram em comunidades, tornando-se respeitáveis ³. Com efeito, o batismo era, ao mesmo tempo, o meio pelo qual os seguidores de Jesus eram inseridos nessa comunidade cristã, bem como, eram distinguidos dos não-cristãos. A comunhão dos bens, a oração, a fração do pão e o ensinamento dos apóstolos caracterizavam a vida da comunidade cristã primitiva (Cf. At 2,42-47; 4,32-37).

No período sub-apostólico, a partir do ano 66 d.C. até o fim do I século, houve uma grande transição ⁴. Os discípulos mais conhecidos da Igreja primitiva, a saber: Tiago, Pedro e Paulo, já haviam sido martirizados. Os demais seguidores

³ Cf. PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à Eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 53.

⁴ BROWN, Raymond Edward. *As Igrejas dos apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 17. Cf. Raymond Edward Brown o segundo terço do século I ficou conhecido como período apostólico, o último terço como período sub-apostólico, e o fim do século como início do período pós-apostólico.

de Jesus, haviam se escondido sob o manto dos apóstolos desaparecidos. Desse modo, a preocupação deixou de ser mais missionária e se voltou mais para a pastoral a fim de consolidar as Igrejas estabelecidas. Ademais, com o aumento progressivo de gentios e a revolta judaica em Jerusalém (66-70 d.C.), o cristianismo foi se instituindo como uma nova religião, separada do judaísmo.

No período pós-apostólico, a morte dos grandes apóstolos, a destruição de Jerusalém, o fechamento das sinagogas aos cristãos, culminando com a separação total entre o judaísmo e o cristianismo, fizeram com que este último tivesse que articular uma eclesiologia nascente a qual deu origem a instituição eclesial, conhecido como “protocatolicismo”⁵.

Raymond Edward Brown afirma que a resposta clássica sobre autoridade dada pela Igreja foi a de que assim como Jesus enviou os seus apóstolos, estes teriam indicados bispos ou presbíteros, ratificando a autoridade ordenada, concedida por sucessão apostólica, desde a era sub-apostólica, possibilitando a construção de uma Igreja unificada. Contudo, o próprio autor afirma que essa compreensão já foi criticada tanto por católicos quanto por protestantes, desde a época da Reforma⁶. Ademais, a questão subjacente de R. Brown, em relação ao exercício da autoridade eclesiástica, era como as comunidades cristãs primitivas sobreviveram e foram se organizando, após a morte do último que poderia dizer “eu vi” o Ressuscitado. Isto é, como as comunidades cristãs conseguiriam sustentar a linha sucessiva da autoridade apostólica, considerando que, após a morte dos discípulos, as Igrejas primitivas já estavam se distanciando ou já haviam se distanciado completamente de algumas orientações e normas judaicas que constituíam a autoridade no judaísmo? Seja como for, de acordo com R. Brown, a saída para as comunidades cristãs primitivas foi repetir várias e diferentes respostas aos desafios que surgiam na vida diária. Todavia, muitas respostas que *a priori* eram diferentes terminaram sendo repetidas por muitas

⁵ Cf. PIÉ-NINOT, *op. cit.*, p. 57.

⁶ Cf. BROWN, Raymond Edward. *A comunidade do discípulo amado*. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 86. O autor esclarece que o critério para se estabelecer a autoridade nas comunidades cristãs primitivas era variado. Por exemplo, nas comunidades joaninas o discipulado, e não a apostolicidade, era o que conferia dignidade e, conseqüentemente, autoridade aos líderes da comunidade. Justamente, por isso, observa-se o constante contraste entre Pedro e o Discípulo Amado. Evidentemente, sendo o último o herói da comunidade joanina.

comunidades cristãs e “as diferenças existentes entre as Igrejas cristãs modernas reside na harmonização proporcional dessas respostas”⁷.

2.1.

A comunidade de Jerusalém

De acordo com L. J. Rogier é impossível começar a falar em Igrejas cristãs primitivas sem citar a Igreja de Jerusalém, pois, foi nela que se originou o cristianismo⁸. A Igreja de Jerusalém pode ser identificada logo no início do livro dos *Atos*, imediatamente após a Ascensão, quando os discípulos se reuniram para fazer orações (Cf. At 1,12-14). Com a descida do Espírito Santo, no dia de Pentecostes, em Jerusalém, caracterizou-se histórica e concretamente, o nascimento da Igreja Universal⁹. Logo, esse primeiro grupo se organizou e passou a viver unânime no templo, constituindo-se naquela que viria a ser conhecida como a primeira comunidade cristã.

Não obstante, o Evangelho foi se expandindo para fora de Jerusalém. Ao que tudo indica, havia dois centros eclesiais de expansão, a saber: Damasco (Cf. At 9,1-31; 11,19; 22,12); e, Antioquia da Síria, que parece ter sido o mais importante, inclusive, sendo o primeiro lugar onde os membros das comunidades foram chamados pela primeira vez de cristãos (Cf. At 11,26). Todavia, o fato dos apóstolos enviarem, de Jerusalém, Barnabé e Saulo a Antioquia (Cf. At 11,22.25.30; 12,25), indica que de alguma forma eles pretendiam assegurar a unidade das comunidades cristãs primitivas, através de um colegiado¹⁰. Com

⁷ BROWN, *op. cit.*, p. 35.

⁸ Cf. ROGIER, L. J., AUBERT, Roger e KNOWLES, M. D. *Nova História da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 41.

⁹ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. 4ª imp. São Paulo: Paulus, 2006, nota de rodapé “k”, p. 1902. Percebe-se que há a inclusão de prosélitos gentílicos de todos os lugares, no novo povo eleito de Deus (Cf. At 2,5-41).

¹⁰ Cf. ROGIER, *et al.*, *op. cit.*, p. 47.

efeito, com o desenvolvimento e o aumento crescente das comunidades cristãs ¹¹, na medida em que surgiam os conflitos, os apóstolos e os anciãos da Igreja de Jerusalém se reuniam a fim de debaterem sobre o assunto (Cf. At 15,1-4). Convém destacar que, apesar da liderança religiosa se reunir para tentar chegar a um acordo, além dos apóstolos e anciãos, as decisões também eram atribuídas ao Espírito Santo (Cf. At 15,23-30).

No entanto, é possível perceber que já os *Atos dos Apóstolos* designavam autoridades como profetas e mestres (Cf. At 13,1) em oposição aos presbíteros (Cf. At 15,1) que constituíam o corpo das autoridades eclesiásticas locais. Contudo, conforme Edward Schillebeeckx, essa não era a proposta de Jesus Cristo para os seus seguidores, muito menos para aquela que já havia se tornado a primeira comunidade cristã primitiva. Ao contrário, é possível perceber na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo, e em todo o NT, que os primeiros cristãos deveriam buscar uma vida no Espírito (Cf. At 2,1-21). A promessa feita por Joel (Cf. Jl 2,28-32) e lembrada por Pedro, implicava relações de respeito e reciprocidade, sem dominação, opressão ou manipulação. Evidentemente, somente através de uma vida vivida no Espírito é que se tornaria possível promover a solidariedade e a igualdade entre os ricos e os pobres, os que possuíam *status* e os marginalizados, os livres e os servos, entre homens e mulheres, sem necessariamente excluir a autoridade (Cf. At 2,17-40) ¹². Por conseguinte, isso deveria conduzir a uma eclesiologia igualitária.

Entretanto, como bem observou Leonardo Boff, em Jerusalém, desenvolveu-se uma eclesiologia sinagoga, com a autoridade centralizada em um conselho de presbíteros ¹³. De certa forma, esse modelo eclesiástico possibilitou que o poder fosse centralizado em um pequeno grupo. Além disso, para E. Schillebeeckx, após haver outros conflitos, como o episódio em que Pedro e até Barnabé se recusaram a sentarem-se à mesa com os gentios, depois que os

¹¹ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “c”, p. 1905. É interessante observar que primeiro estavam reunidos cerca de cento e vinte irmãos em Jerusalém (Cf. At 1,15), após a descida do Espírito Santo, no dia de Pentecostes, foram salvos quase três mil (Cf. At 2,41). Deus continuou acrescentando e o número chegou rapidamente a quase cinco mil (Cf. At 4,4), depois virou uma multidão que crescia mais (Cf. At 5,14), e se multiplicava rapidamente, inclusive, entre os gentios (Cf. At 6,7; 9,31; 11,21.24; 12,24; 13,48-49; 19,20).

¹² Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Por uma Igreja mais humana: identidade cristã dos ministérios*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 58.

¹³ Cf. BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder. Ensaios de Eclesiologia Militante*. São Paulo: Ática, 1994. p. 81.

enviados de Tiago chegaram de Jerusalém (Cf. Gl 2,12-13); e, sobretudo, depois da partida de Pedro temendo por sua própria vida, por causa da perseguição imposta por Herodes Agripa (Cf. At 12,17), o poder na Igreja de Jerusalém ficou inteiramente nas mãos dos membros da família de Tiago ¹⁴. Frederick Fyvie Bruce defende a idéia de que a ausência de Pedro serviu para fortalecer a liderança de Tiago na comunidade de Jerusalém. Para este autor, isto pode ser comprovado inclusive na mudança de ordem em que aparecem os nomes daqueles que eram considerados por Paulo, como os pilares do verdadeiro templo espiritual de Deus, a saber: Tiago, Cefas e João (Cf. Gl 2,9) ¹⁵.

Além disso, Gl 1,18ss parece indicar que já havia presente na Igreja de Jerusalém certa tendência a hierarquia. Por isso, Paulo após a sua conversão, subiu para ver Pedro, permanecendo com ele por quinze dias, tempo suficiente para aprender muitas coisas a respeito de Jesus. Além de Pedro, Paulo só teria se encontrado com Tiago, o irmão do Senhor. F. Bruce entende que tanto Pedro quanto Tiago exerciam autoridade sobre a Igreja de Jerusalém e seus apóstolos eram reconhecidos por Paulo ¹⁶. Contudo, a controvérsia a respeito da circuncisão que resultou na assembléia de Jerusalém, revelou que Tiago assumiria supremacia sobre Pedro em Jerusalém. De acordo com Lucas, depois que todos discutiram a respeito da circuncisão (Cf. At 15,5) Pedro tomou a palavra (Cf. At 15ss). Entretanto, após todos se calarem (Cf. At 15,13ss), Tiago expressou a sua opinião, conduziu a discussão e, ao final, a sua palavra foi aceita por todos (Cf. At 15,22). Talvez, por isso, em Gl 2,9, quando Paulo fez referência àqueles que eram considerados como as colunas do Evangelho, ele já estivesse reconhecendo a supremacia de Tiago sobre Pedro e sobre João.

Todavia, seja como for, o poder do Espírito Santo não pôde ser detido. Justamente por isto, mesmo entre os judeu-cristãos helenistas que habitavam em Jerusalém, haviam aqueles que andavam com Estevão e receberam o batismo no Espírito pela imposição de mãos (Cf. At 6,5-15), suportando e superando todas as perseguições. Para E. Schillebeeckx, nesse sentido, estes cristãos eram

¹⁴ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 72. Cf. também, BRUCE, Frederick Fyvie. *Pedro, Estevão, Tiago e João: estudos do cristianismo não-paulino*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005. p. 20. O autor afirma que nesse episódio, tem-se a primeira indicação dada por Lucas de que havia um grupo na Igreja de Jerusalém que aceitava a liderança de Tiago.

¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 21.

¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 81.

pneumáticos. Eles foram expulsos de Jerusalém para Síria, Samaria e Antioquia. A partir de então, em Antioquia, os novos discípulos de Cristo (Cf. At 6,7), inclusive Paulo (Cf. At 9,1-31), foram responsáveis em fundar as primeiras comunidades cristãs missionárias ¹⁷. E, não somente estes, mas, Filipe, assim como aqueles que haviam sido dispersos, seguiram anunciando a Boa Nova de salvação em Samaria, realizando grandes sinais (Cf. At 8,1-8). Filipe batizou o etíope, seguiu para Azot até chegar a Cesaréia (Cf. At 8,26ss; 21,8).

Em suma, ironicamente, conquanto a Igreja de Jerusalém com o passar do tempo, tenha se tornado em sua estrutura eclesial sinagoga, concentrando a autoridade eclesial nas mãos de um grupo pequeno e, de certa forma, limitando a ação do Espírito Santo, foi justamente a partir dessa Igreja que se reconheceu a autoridade e o poder do Espírito. Foi por meio dela que se identificou também, o início do cumprimento da promessa, e da palavra que Jesus Cristo havia profetizado sobre os seus discípulos, a saber: “Mas recebereis uma força, a do Espírito Santo que descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8). Apesar de todas as adversidades, das perseguições, das barreiras étnicas, sociais e religiosas, como bem relatou Lucas, o Evangelho do Reino de Deus continuou a ser proclamado, “sem impedimento algum” (At 28,31).

2.2.

As comunidades paulinas

De início é perceptível que a autoridade concedida a Paulo, registrada por Lucas, no livro de Atos, não era uma autoridade doutrinária, porém, ela estava mais voltada para a pregação do Evangelho. Essa autoridade paulina era fruto da ação do Espírito. A missão principal de Paulo foi tornar o Evangelho conhecido e aceitável entre os gentios (Cf. At 9,15; 20,24; 22,21; 26,17; Rm 1,5; 11,13;

¹⁷ Cf. SCHILLEBEECKX. *op. cit.*, p. 50.

15,16.18; Gl 1,16; 2,7-8; Ef 3,6-8; Cl 1,25-29; 1Tm 2,7). Por isso, ele aparece em Atos como uma figura importantíssima, investida de autoridade, que *a priori* foi concedida por Jesus aos seus discípulos, a fim de cumprir o plano salvífico de Deus até os confins da terra (Cf. At 1,8).

De acordo com R. Brown, Lucas não somente reescreveu e desenvolveu a história de Jesus. Entretanto, ele equiparou a vida, o ministério, a proclamação do Reino de Deus, por Jesus, à história dessa pregação, sobretudo, feita por Pedro e Paulo, sob a ação do Espírito ¹⁸. Pode-se perceber em Atos, uma linha continuativa de autoridade eclesial que partia de Jesus, porém, não se reduzia apenas a Ele. Essa autoridade foi concedida por Jesus, mediante o Espírito Santo, aos Doze, aos Apóstolos, a Paulo e a todos que receberem o Espírito (Cf. At 1,8; 2,4; 4,33; 6,8; 8,17; 19,11; etc.). Mais do que isso, o autor entende que a linha de continuidade da autoridade atribuída aos apóstolos e seguidores de Jesus, estava conectada pelo Espírito, ao período profético de Israel e aos primórdios da Igreja. Pois, nas palavras de R. Brown: “a linha de continuidade, que ocorre suave através de Israel, Jesus, Pedro e Paulo, é admiravelmente resumida por Paulo” ¹⁹. Entretanto, isso somente se tornou possível por causa da ação do Espírito Santo, pois para Lucas, os Doze, os Discípulos e os seguidores de Jesus, foram os veículos usados pelo Espírito para que o cristianismo vencesse as barreiras culturais, raciais e religiosas. Todavia, o Espírito Santo permaneceu como o protagonista da história ²⁰.

Com efeito, esse modelo de autoridade baseado no Espírito foi estendido também às famílias cristãs primitivas. E. Schillebeeckx entende que embora a estrutura familiar na antiguidade fosse patriarcal e hierárquica, nas famílias cristãs primitivas houve um rompimento com esse modelo hierárquico. Pois, o cristianismo primitivo nas comunidades paulinas, impulsionado pelo Espírito, apontava para uma comunidade de membros iguais. Paulo, ao que parece,

¹⁸ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos*, op. cit., p. 78.

¹⁹ *Ibid.*, p. 81.

²⁰ STAGG, Frank. *O livro dos Atos dos Apóstolos: os primeiros esforços em prol dum Evangelho desimpedido*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1958. p. 29. Frank Stagg escreve uma importante obra sobre a razão pelo qual o livro dos *Atos dos Apóstolos* foi escrito por Lucas. Para o autor, o livro dos *Atos dos Apóstolos* não termina abruptamente, nem está incompleto. Também, não tem por objetivo registrar os atos dos apóstolos, nem é o Evangelho do Espírito Santo, nem ainda disseminar o Evangelho de Jerusalém até Roma. Todavia, para Stagg, o objetivo de Lucas ao escrever o livro *Atos dos Apóstolos* era mostrar a vitória do Cristianismo sobre as barreiras religiosas, raciais e nacionais.

conheceu a idéia de uma comunidade igualitária em tradições pré-paulinas. E. Schillebeeckx vê a cristalização desta idéia paulina em Gl 3,26-28, quando Paulo afirma:

Vós todos são filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus, pois todos vós que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus.

Isso implica dizer que todos aqueles que acolhiam o seguimento de Cristo e eram batizados no Espírito, possuíam certa autoridade na comunidade cristã. Pois, o “batismo no Espírito remove as discriminações históricas”²¹. Sendo assim, todas as diferenças deveriam ser abolidas em favor da unidade e da liberdade na vida cristã. Pois, “onde está o Espírito do Senhor aí há liberdade” (2Cor 3,17). Portanto, entre cristãos, não deveria haver nenhum tipo de dominação ou opressão. Além disso, teologicamente, todos os membros das comunidades cristãs primitivas que se reuniam nas casas, com base no batismo no Espírito eram iguais. E, sociologicamente, essas comunidades domésticas cristãs funcionavam como associações mais livres, democráticas e igualitárias²².

Não obstante, para E. Schillebeeckx, nas comunidades cristãs paulinas, além do carisma, a autoridade também era determinada pelo ensinamento vinculado à conduta cristã daquele que a ensinou. Evidentemente, não havia uma autoridade formal, jurídica. No entanto, havia uma orientação clara enfatizando a busca por uma vida no Espírito (Cf. Gl 5,16), bem como, uma indicação de se fazer tudo com ordem e decência (Cf. 1Cor 14,40)²³. A liderança eclesiástica deveria servir de exemplo para os demais cristãos: “Sede meus imitadores como eu mesmo o sou de Cristo” (1Cor 11,1; Cf. 2Ts 3,7-9). Dessa forma, torna-se evidente que a autoridade estava intimamente ligada à *práxis* diária, daquele que a exercia sobre a comunidade.

Apesar disso, também se observa que nas epístolas paulinas destinadas aos cristãos de Éfeso e de Colossos a autoridade apostólica era reconhecida. Em Ef 2,19-20, Paulo ensina que a Igreja como casa (família) de Deus está edificada

²¹ SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 54.

²² Cf. *Ibid.*, p. 67.

²³ Cf. *Ibid.*, p. 54.

sobre o fundamento dos apóstolos que têm o próprio Cristo como pedra angular. Ademais, havia instruções em relação ao comportamento ético dos cristãos, como nas epístolas pastorais (Cf. Cl 3,5.8.9; Ef 4,25; 5,18). Contudo, apesar disso, a estrutura da Igreja se manteve carismática (Cf. Ef 4,11). E, talvez, justamente por isso, a sucessão apostólica e a institucionalização eclesial não foram enfatizadas. Conquanto houvesse falsos mestres (Cf. Ef 4,14) e falsas doutrinas (Cf. Cl 2,4-23), para R. Brown, “a epístola aos Colossenses se propõe a oferecer uma visão positiva, idealista da Igreja, que se expandiu entre os efésios”²⁴. Ao que parece, tanto em Colossos quanto em Éfeso, a Igreja se caracterizou por uma antecipação da expansão do Reino em direção ao triunfo celestial, porém, como uma Igreja militante na terra.

Ademais, nessas epístolas, Paulo também ensinou que a Igreja deveria ser amada, como o Corpo de Cristo. Ele reutilizou a metáfora corpórea, como havia feito em Corinto (Cf. 1Cor 12,12-26), para falar do Corpo de Cristo, porém o fez de maneira inovadora. Ele ampliou e desenvolveu a sua analogia afirmando que Cristo reconciliou os estrangeiros (Cf. Cl 1,21-22) para formar um só corpo (Cf. Cl 3,15), identificando-o com a Igreja, do qual Cristo é a única Cabeça (Cf. Cl 1,18.24; Ef 1,22-23; 5,23). Desse modo, a unidade da Igreja-corpo foi assegurada pelo dom de Cristo (Cf. Ef 4,3-7). O grande desafio para a Igreja de Colossos, e também para as Igrejas cristãs de hoje, era e continua sendo, não ignorar que a Cabeça do Corpo é Cristo e, por meio Dele, Deus promove o crescimento e aumento do seu povo (Cf. Cl 2,19). Sendo assim, nota-se que as diferenças na Igreja de Cristo existem para o aperfeiçoamento dos santos e para a edificação do Corpo (Cf. Ef 4,12).

A metáfora do amor de Cristo pela Igreja em relação ao amor de um esposo por uma esposa também foi ampliada. Cristo amou a Igreja a ponto de se entregar por ela (Cf. Ef 5,25). Ele não só a alimenta, mas também a protege (Cf. Ef 5,29). Ele quer santificá-la para apresentá-la “santa e irrepreensível” (Ef 5,27). Da mesma forma deve fazer o esposo pela esposa. O ensino paulino era para que a Igreja fosse edificada e caminhasse em amor (Cf. Ef 4,16).

Com efeito, na compreensão paulina, a imagem da Igreja como Corpo de Cristo a personifica e a estimula a amar como Cristo amou. Por isso, ela deve ser

²⁴ BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 59.

interpretada de maneira positiva. Todavia, as pessoas não amam uma estrutura eclesiástica ou um templo físico. Elas amam um Corpo vivo e dinâmico, como Paulo (Cf. Cl 1,24) e Cristo (Cf. Ef 5,25). As instituições existem para as pessoas e não as pessoas para as instituições. Por isso, a Igreja sobrevive na medida em que ela estimula os relacionamentos pessoais dos cristãos, guiados pelo Espírito Santo.

Ademais, a santidade da Igreja também a capacita a sobreviver diante das adversidades da vida. Os escândalos pecaminosos que envolvem a vida dos crentes contribuem para o enfraquecimento e, às vezes, para a deturpação da imagem da própria Igreja. Por isso, ela precisa ser como uma esposa “santa e irrepreensível” (Ef 5,27). Obviamente, reconhece-se apenas a perfeição de Cristo. Porque, humanamente falando, nem os esposos, nem as esposas, nem a Igreja instituição em si, são perfeitas. Contudo, deve haver uma valorização da santidade pessoal e eclesial dos cristãos, nas Igrejas cristãs.

Por tudo isso, se a ênfase na santidade das Igrejas tiver por objetivo mascarar os seus erros, constitui-se então, em um grave problema. Evidentemente, não se deve proclamar aos quatro cantos da terra todos os conflitos eclesiais ou de autoridade na Igreja, sob a alegação de sinceridade intelectual ou religiosa. Todavia, a rigor, também não se deve negar, nem negligenciar as dificuldades existentes nas Igrejas cristãs, pois, como pôde ser observado até aqui, elas fazem parte das Igrejas, desde o início das comunidades primitivas. Por isso, as autoridades religiosas não necessitam se esconder por trás de um manto de espiritualidade a fim de que não sofram acusação de hipocrisia, e levem as Igrejas à desintegração. Nestes casos, seria fundamental estimular os cristãos a desenvolverem a maturidade cristã, pois, não se deve construir uma fé ingênua.

R. Brown também relata a dificuldade que as autoridades eclesiásticas atuais enfrentam em relação ao processo de desenvolvimento da autoridade nas comunidades paulinas, com a questão da santidade. Por um lado, nota-se que em Paulo havia uma forte preocupação com a santidade dos cristãos. Por outro lado, a ênfase demasiada na santidade da Igreja impossibilitaria qualquer tipo de reforma. Se, de fato, a Igreja fosse, literalmente, santa e perfeita em sua plenitude (Cf. Ef 5,27), não haveria espaço nem necessidade de reformas. Logo a Igreja correria o risco, por causa de uma visão triunfalista, de se tornar autoritária por se considerar

portadora exclusiva da verdade. Porém, para o autor, se considerar-se a possibilidade da Igreja estar contaminada pela corrupção humana, a dificuldade residiria em harmonizar essa visão com Ef 5,31-32 que parece sugerir que assim como homem e mulher são dois numa só carne (Cf. Gn 2,24), também Cristo e a Igreja seriam apenas um. Seja como for, a comparação não seria perfeita, pois, para Paulo, em Cristo não havia pecado algum (Cf. 1Cor 5,21) e a Igreja foi constituída sob o pecado (Cf. Rm 5,8)²⁵.

Outra consideração importante é que a autoridade apostólica de Paulo não poderia ser dissociada da comunidade fundada por ele. Paulo até admitia a importância de outros colaboradores, a saber: apóstolos, profetas e doutores (Cf. 1Cor 12,28). Estes serviriam à comunidade na medida em que surgissem as necessidades. Paulo reconhecia a autoridade deles não apenas no sentido carismático, mas também, no sentido funcional, como uma espécie de mediador (Cf. 2Cor 2,13; 7,6-16; Fl 2,19-24; Cl 4,7). Contudo, ele também defendia o seu apostolado, mesmo que fosse apenas local: “Ainda que para outros não seja apóstolo, para vós, ao menos, o sou; pois o selo do meu apostolado sois vós, no Senhor” (1Cor 9,2). Essa declaração paulina poderia ser interpretada como uma posição completamente autoritária. Mas, para Uwe Wegner, não se tratava de um autoritarismo com o objetivo de defender apenas a sua autoridade pessoal. Antes, o objetivo era evitar que o Evangelho de Cristo fosse menosprezado ou adulterado. Nesse caso, Paulo não estaria defendendo a sua autoridade pessoal e sim o Evangelho de Cristo²⁶.

Por fim, E. Schillebeeckx conclui que nas comunidades cristãs paulinas “havia um sistema complexo e mutável de estruturas e de autoridades locais”²⁷, sem haver títulos oficiais vinculados a essas autoridades. Em suma, percebe-se que a autoridade eclesiástica nas comunidades paulinas locais era decorrente da ação do Espírito Santo. Logo, pode-se concluir por meio dos escritos paulinos, que nas comunidades cristãs paulinas, sobretudo em Corinto, a estrutura de

²⁵ Cf. *Ibid.*, p. 71.

²⁶ Cf. WEGNER, Uwe. *Comunidade e autoridade em Filêmon in Hermenêutica e exegese: a propósito da carta a Filêmon*. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana. Nº 28. Petrópolis: Vozes, São Leopoldo: Sinodal, 1997. p. 84.

²⁷ SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 81.

autoridade eclesial era, essencialmente, carismática. Evidentemente, sem menosprezar a autoridade apostólica.

2.3.

A importância dos carismas ou dons nas comunidades paulinas

Como se pôde observar, a autoridade eclesial nas comunidades paulinas estava fundamentada na ação do Espírito Santo. Conquanto se possa perceber uma hierarquia no processo de desenvolvimento de autoridade nas comunidades paulinas, o Espírito Santo permaneceu como personagem principal, pois, a autoridade era decorrente dos carismas concedidos pelo Espírito que distribui “a cada um os seus dons, conforme lhe apraz” (1Cor 12,11). Com efeito, Henri Petiot observou que nas comunidades cristãs paulinas, no início do século II, haviam três categorias de personagens que, embora exercessem certa autoridade, já não faziam mais parte dos quadros regulares da hierarquia da Igreja, a saber: apóstolos, profetas e doutores (Cf. 1Cor 12,28). Porém, todos agiam segundo os carismas do Espírito. Os apóstolos tinham a missão de espalhar o Evangelho pelo mundo, como o fez o grande apóstolo Paulo. Aos profetas cabia ouvir o Espírito Santo, não aleatoriamente em momentos de êxtase, mas continuamente, e transmitir os ensinamentos do Espírito a toda comunidade. E, os doutores, dotados de uma graça especial em relação ao seu intelecto, deveriam estudar, ensinar e propagar a doutrina cristã ²⁸. Essa preocupação zelosa com a unidade da Igreja, paradoxalmente, viria a culminar com o problema institucional da sua unidade.

A tabela abaixo demonstra a importância dos carismas nas comunidades cristãs paulinas ²⁹.

²⁸ Cf. PETIOT, Henri. *A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires*. São Paulo: Quadrante, 1988. p. 235. O autor utiliza o nome de Daniel-Rops como um pseudônimo literário.

²⁹ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 83. Extraída inteiramente da obra do autor.

1Cor 12,28-30	1 Cor 12,8-10	Rm 12,6-8	Ef 4,11 (ano 90)
Apóstolos	Sabedoria	Profecia	Apóstolos
Profetas	Gnose	Diaconia	Profetas
Doutores	Fé	Doutores	Evangelistas
Operadores de milagres	Dons de cura	Admoestadores	Pastores
Curandeiros	Milagres	Benfeitores	Doutores
Benfeitores	Profecia	Misericórdia	
Guias	Discernimento dos espíritos	(Auxílio pecuniário?)	
Glossolalia	Glossolalia		
Interpretação de línguas	Interpretação		

Com efeito, a importância dos carismas do Espírito Santo contribuiu para que a liderança eclesial nas comunidades paulinas surgisse de forma espontânea. Mesmo assim, E. Schillebeeckx compreendeu que os carismas ou os dons do Espírito possuíam uma dupla função. Eles foram fundamentais para servir as comunidades cristãs em suas diferentes necessidades sociológicas, bem como, ao mesmo tempo, para garantir a “liberdade na organização estrutural oficial das comunidades” cristãs paulinas³⁰. Apesar disso, considerava-se muito mais o que as pessoas faziam para fundar, sustentar e aperfeiçoar as comunidades cristãs do que o título ou o *status* pessoal que elas possuíam. Diante da multiplicidade de ministérios, nota-se que a preocupação paulina persistia em manter a unidade nas comunidades, respeitando, obviamente, a diversidade dos dons. Contudo, não se deve negar que mesmo nessas comunidades já havia uma forte tendência à formalização. Basta observar que, mesmo considerando as variações, a seqüência “apóstolos, profetas e doutores” é mantida nas quatro listas. No entanto, E. Schillebeeckx esclarece que isso aconteceu por causa das leis sociológicas. Ele explica que no processo de formação de qualquer comunidade, isso inclui a religiosa, em princípio, os papéis sociais não são institucionalizados. Todavia, na medida em que a comunidade vai se desenvolvendo e se estruturando, ela se torna cada vez mais uniforme em sua organização. Nesse caso, a formalização dos carismas do Espírito pode ser considerada essencial para o processo organizacional sadio, nas comunidades cristãs³¹.

³⁰ *Ibid.*, p. 84.

³¹ Cf. *Ibid.*, p. 85.

Por fim, de qualquer forma, os carismas do Espírito não deveriam ser utilizados para fundamentar posições e privilégios hierárquicos nas comunidades cristãs, dividindo ou separando os cristãos, concedendo mais autoridade a uns do que a outros. Ao contrário, eles foram importantíssimos para que as comunidades mantivessem a diversidade ministerial sem perder a unidade da fé no Espírito (Cf. Ef 4,12-13). Evidentemente, reconhece-se a necessidade e o valor da hierarquia funcional nas comunidades cristãs paulinas. No entanto, ainda assim, o exercício da autoridade nas comunidades cristãs deve ser fundamentado e alicerçado nos ensinamentos de Cristo, sendo guiado pelo Espírito, e expresso através do carisma e do amor-serviço (Cf. Ef 4,15-16).

2.4.

As comunidades petrinas

É possível perceber, à luz do NT, que a liderança de Pedro não se restringia apenas a comunidade de Jerusalém. Pode-se observar através das cartas petrinas³² que a liderança eclesial de Pedro era reconhecida também, fora dos portões de Jerusalém. No caso da primeira carta atribuída a Pedro, há evidências da liderança petrina sobre os gentios convertidos na Ásia Menor. Essa carta provavelmente foi escrita com o objetivo de atualizar a autoridade do apóstolo Pedro que, obedecendo às ordens do Mestre (Cf. Lc 22,32; Jo 21, 15-17), deveria consolar, fortalecer, apascentar e exortar os cristãos a permanecerem fiéis até o fim (Cf. 1Pd 1,3-5). Nessas comunidades petrinas da Ásia Menor, havia uma preocupação, por parte da liderança eclesial, em como os cristãos deveriam se portar diante da sociedade gentílica. Eles eram desafiados a exercer uma conduta exemplar, de forma que ninguém tivesse motivos para acusá-los, e, se ainda assim o fizessem, as obras deles glorificariam o nome de Deus (Cf. 1Pd 2,12). Por isso, como bem

³² Cf. BRUCE, *op. cit.*, p. 23. O autor afirma que apesar da 1Pd ter sido escrita em nome de Pedro, ela evidencia a sua autoridade sobre a comunidade. Além disso, até mesmo membros de comunidades paulinas, como em Corinto, reconheciam a autoridade petrina (Cf. 1Cor 1,12).

observou E. Schillebeeckx, os cristãos foram moldando as suas relações sociais, tornando-as igualitárias, na medida do possível, ao ambiente cultural em que estavam inseridos, embora esse ambiente fosse alheio e estranho ao cristianismo. Todavia, o objetivo principal era manter a paz entre os cristãos e, principalmente, com a comunidade pagã³³.

Posto isto, alguns critérios de autoridade das relações políticas e sociais greco-romanas acabaram sendo inseridos nessas comunidades cristãs. De acordo com R. Brown, isto se deve ao fato de que, além da epístola ser dirigida aos gentios convertidos ao cristianismo que viviam ao norte da Ásia Menor, alguns elementos foram extraídos do Pentateuco e aproveitados como imagens aplicadas àqueles que se converteram a Cristo, com o objetivo de demonstrar que a conversão dos gentios a Cristo, caracterizava-os como povo de Deus (Cf. Ex 12,11; 1Pd 1,13; Ex 16,2-3; 1Pd 1,14; Lv 19,2; 1Pd 1,15-16). Ele observou também que o autor da primeira epístola de Pedro tinha conhecimento da estrutura eclesial (Cf. 1Pd 5,1). Contudo, parece que a autoridade era concedida mediante a idéia de pertença ao Povo de Deus. No entanto, essa autoridade deveria sempre ser exercida voluntariamente com o objetivo de cuidar e apascentar o rebanho de Deus, sem dominação, sem manipulação, ao contrário, através do exemplo (Cf. 1Pd 5,2-3)³⁴. Nesse caso, nota-se que havia ênfase na coletividade eclesial.

De qualquer forma, conforme o autor, a primeira epístola tentou minimizar o problema do exclusivismo de alguns, que culminou com a marginalização dos gentios convertidos. A liderança local usou a autoridade eclesiástica para garantir àqueles que estavam sendo discriminados nas comunidades petrinhas, um novo lar, uma nova família, como pertença ao Povo de Deus (Cf. 1Pd 2,9-10)³⁵. Torna-se evidente que os líderes eclesiásticos entendiam que as bênçãos de Deus estavam relacionadas à pertença a comunidade e não a ocupação de graus hierárquicos ou títulos eclesiásticos. Mais do que isso, se fossem enfatizadas as diferenças civis e religiosas na comunidade, isso poderia provocar um distanciamento relacional entre os fiéis, culminando com a desintegração da Igreja. Por isso, os líderes da comunidade ensinavam aos cristãos a se sujeitarem às autoridades humanas (Cf. 1Pd 2,13). Além disso, havia ainda o perigo do elitismo exclusivista. Pois, se a

³³ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 91.

³⁴ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos*, *op. cit.*, p. 97.

³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 99.

comunidade se entendesse, exclusivamente, como “O Povo de Deus”, ela tenderia a desprezar e excluir as demais, pessoas e Igrejas, que não fizessem parte da sua congregação, ou seja, aqueles que estivessem em desacordo com a sua forma de ver e pensar a realidade. Certamente, isso transformaria a comunidade em um pequeno gueto. Por isso, fazia-se necessário assegurar o mesmo sentimento de compaixão e amor fraternal entre todos os membros da comunidade, inclusive, com os de fora (Cf. 1Pd 3,8). Aos presbíteros ou anciãos, na visão petrina, cabia-lhes a responsabilidade de conduzir a comunidade cristã sem interesses pessoais, e sem visar a obtenção de qualquer benefício próprio. Antes, aqueles que exerciam autoridade sobre a comunidade, deveriam fazê-lo voluntariamente, com alegria e servindo de exemplo a todos os crentes (Cf. 1Pd 5,1-3).

Por fim, na segunda epístola, percebe-se que a autoridade foi calcada sobre o testemunho apostólico e, principalmente, sobre a ação do Espírito (Cf. 2Pd 1,12-21). Pois, nenhuma “profecia jamais veio por vontade humana, mas os homens impelidos pelo Espírito Santo falaram da parte de Deus” (2Pd 1,21). Isso implicava dizer que a palavra profética possuía autoridade divina. O testemunho apostólico não era fruto de fábulas humanas (Cf. 2Pd 1,16), mas, da revelação de Deus. Por isso, os cristãos foram advertidos a ter cuidado contra os falsos profetas. Estes estariam usando a sua autoridade para desviar muitos cristãos com heresias perniciosas (Cf. 2Pd 2,1). Justamente, por isso, a liderança eclesial encorajou os cristãos a crerem na autoridade dos profetas que foram inspirados pelo Espírito Santo e que falavam da parte de Deus, rejeitando qualquer tipo de autoridade baseada em interpretações humanas.

Em suma, percebe-se que nas comunidades destinatárias das epístolas petrinhas, apesar da forte preocupação com a questão moral diante dos gentios, da ênfase na busca de relações igualitárias entre os cristãos, da pertença ao povo de Deus como requisito para a inclusão na comunidade, e da advertência para o uso correto da autoridade pelos presbíteros, a autoridade eclesial era utilizada sob a orientação do Espírito Santo que governava e repousava sobre a comunidade e, por isso, eles eram bem-aventurados (Cf. 1Pd 4,14).

2.5.

As comunidades joaninas

De todas as comunidades cristãs primitivas essa parece ser a que melhor encarnou o Espírito de Cristo. As relações sociais e a espiritualidade deveriam ser mediadas pelo amor-serviço. Isso implica dizer que os cristãos eram desafiados a construir e desenvolverem, em sua *práxis* diária, um relacionamento íntimo e pessoal com Jesus Cristo que servisse como referencial para a tomada de decisões em comunidade. Por isso, conforme R. Brown, pode-se observar dois aspectos essenciais na eclesiologia joanina. O primeiro enfatizava uma relação pessoal com Jesus Cristo e o segundo a habitação do *Paráclito* no interior de cada cristão ³⁶.

Falando a respeito do relacionamento pessoal com Cristo, o autor destaca a cristologia joanina. Porque, para ele, a cristologia joanina estava fundamentada no fato de que Jesus existia com o Pai e veio do Pai (Cf. Jo 1,1). Da mesma forma que a eclesiologia joanina se baseia no Espírito que veio do Pai (Cf. Jo 15,26) e foi enviado pelo Filho (Cf. Jo 16,7). Por conta disso, R. Brown entende que a eclesiologia joanina foi reforçada pela sua cristologia. Conforme o autor, apenas João relatou claramente a preexistência de Cristo com Deus (Cf. Jo 1,1-3) que também apareceu em outros textos e em afirmações do próprio Jesus (Cf. Jo 8,58; 17,5) ³⁷. Não obstante, João construiu a imagem de um Jesus transcendente e, simultaneamente, imanente. Jesus não foi apenas o construtor e edificador da Igreja. Mais do que isso, Ele a manteve, e a sustém viva e dinâmica, por meio do seu Espírito. Isso fica evidente na parábola da videira e dos ramos registrada em João 15. Por um lado, todo aquele que permanece ligado à videira produz muito fruto (Cf. Jo 15,2.5). Por outro lado, aquele que se afasta da videira, seca, e é lançado fora para ser queimado (Cf. Jo 15,6). Sendo assim, nas palavras do autor:

³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 107.

³⁷ Cf. *Loc. cit.* Para o autor as alusões paulinas sobre a preexistência de Cristo são poéticas e discutíveis, a saber: 1Cor 8,6; 2Cor 8,9; Fl 2,6-7; Cl 1,15-17 e 1Tm 3,16. O mesmo acontece com Hb 1,2-3.

“Jesus é o princípio animador, ainda ‘vivo e bem presente’ no seu meio”³⁸. Isso equivale dizer que, para alcançar a vida eterna, as pessoas precisarão seguir o pastor (Cf. Jo 10,27-28), ou seja, é preciso aderir à vinha (Cf. Jo 15,1-6)³⁹.

Evidentemente, R. Brown reconhece que a unilateridade de uma teologia moldada por uma polêmica e levada ao exagero e à divisão, após a divisão, tende a negação de outros pontos de vistas, mesmo dentro das comunidades cristãs. Como, por exemplo, no caso da convicção da preexistência divina de Cristo que levou à expulsão dos membros da comunidade joanina, das sinagogas judaicas (Cf. Jo 9,34; 16,2)⁴⁰. Conseqüentemente, o abismo intransponível que resultou das polêmicas e da divisão, terminou por levar o grupo dissidente à perda da herança. Isso aconteceu porque o grupo expulso se inclinou com mais força para o lado oposto, rejeitando qualquer possibilidade de diálogo ou prática religiosa que relembresse o grupo que o expulsou, por causa das imposições que lhe foram atribuídas. Como pode ser observado nas comunidades joaninas, que após a separação dos judeus faziam referência a Lei de Israel, como se não mais lhes pertencessem, no entanto, antes eles também a guardavam e a obedeciam como “a palavra que estava escrita na sua Lei” (Jo 15,25). Eles também se distanciaram das festas judaicas (Cf. Jo 5,1; 7,2), e, ainda, faziam distinção entre o discipulado de Moisés e o discipulado de Jesus (Cf. Jo 9,28).

Justamente para se evitar novas divisões no interior das comunidades joaninas, é que as autoridades eclesiais enfatizavam a necessidade de se manter um relacionamento pessoal e contínuo com Cristo que superasse todas as distinções funcionais nas comunidades. Ademais, as autoridades eclesiais deveriam realizar as mesmas coisas que Jesus realizou e fazê-las ainda maiores (Cf. Jo 14,12), pois, o princípio de autoridade praticado e ensinado por Jesus estava baseado no amor-serviço. Jesus partia do serviço, principalmente, servindo de exemplo para ensinar aos seus discípulos como se deveria fazer, como pode ser visto no lava-pés dos discípulos (Cf. Jo 13,1-20). E se Ele, sendo Senhor e Mestre, assim o fazia, os seus discípulos deveriam proceder igualmente (Cf. Jo 13,14-15). Dessa forma, nota-se que a autoridade fundamentada, transmitida e concedida por

³⁸ *Ibid.*, p. 109.

³⁹ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “i”, p. 1881. Nos sinóticos, Jesus equipara a imagem da videira às parábolas do Reino dos Céus.

⁴⁰ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 144.

Jesus exigia, necessariamente, um relacionamento pessoal com Ele e, por conseguinte, um viver cristão semelhante ao que Ele praticou e ensinou. Com efeito, esse novo modo de vida cristã somente poderia se tornar uma realidade na vida dos seus discípulos, e de qualquer ser humano, como fruto da ação do Espírito Santo. Sem dúvida, o novo nascimento é produzido pelo Espírito, como se pode comprovar no diálogo de Jesus com Nicodemos (Cf. Jo 3,1-7). Ademais, apenas mediante a ação do Espírito Santo é que se torna possível construir, desenvolver e aperfeiçoar um relacionamento pessoal e contínuo com Cristo, que supere todas as distinções funcionais, e articule de forma harmoniosa a diversidade dos carismas, na Igreja. Pois, conforme o pensamento de R. Brown, no Evangelho de João, todos os cristãos são discípulos de Jesus e possuem igual relevância, entretanto, a maior evidência da ação do Espírito Santo entre eles “é determinada pela relação de amor com Jesus e não pela função ou ofício” (Cf. Jo 13,35) ⁴¹. Isso porque, a autoridade concedida por Cristo está baseada no mesmo amor que Ele praticou (Cf. Jo 13,34). Ademais, essa autoridade possui uma conotação muito maior de responsabilidade do que de privilégios. Afinal, as ovelhas e os cordeiros continuam pertencendo a Cristo (Cf. Jo 21,15-17).

E. Schillebeeckx parece seguir na mesma direção que R. Brown. Ele afirma que, sobretudo, no relato do lava-pés (Cf. Jo 13,1ss), “João mostra e aponta a espiritualidade necessária aos discípulos, que pretendem transformar o seu trabalho em fé” ⁴². Assim como Jesus, todos os seus discípulos deveriam desenvolver uma autoridade baseada no amor que os movesse em direção ao outro, na concretude da vida. Essa capacitação era doada pelo Espírito. Isso porque, nas comunidades joaninas, todo cristão recebia poder *pneumático*, por ocasião do novo nascimento (Cf. Jo 3,1-8). O Pai procurava por verdadeiros adoradores em qualquer lugar, desde que O adorassem em Espírito e em verdade (Cf. Jo 4,23-24). Sendo assim, todo aquele que cresse em Jesus receberia este Espírito (Cf. Jo 7,37-39).

Em relação ao segundo aspecto observado por R. Brown ⁴³, havia uma promessa de que o Espírito Santo faria habitação e estaria com os discípulos de Jesus todos os dias (Cf. Jo 14,16-17). O *Paráclito* ensinaria toda a verdade,

⁴¹ *Ibid.*, p. 117.

⁴² SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 127.

⁴³ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 107.

anunciaria o que haveria de acontecer a Cristo e O glorificaria, diante dos discípulos (Cf. Jo 14,26; 16,13-14). Os discípulos deveriam testificar do *Paráclito*, assim como Ele testificaria de Jesus (Cf. Jo 15,26-27). De forma brilhante, o autor explica o significado do termo grego *parakletos*. Em que *kletos* significa “chamado”; e, *para*, “ao lado”; bem como, o equivalente latino *advocatus*. Da mesma forma, *vocatus* implica em “chamado”, e *ad* “para”; os quais indicam que assim como em um tribunal as pessoas chamam um advogado para estar ao seu lado e fazer justiça a seu favor, também o Espírito *Paráclito* foi enviado para mostrar “que a verdadeira justiça estava ao lado de Jesus” (Cf. Jo 16,8-11)⁴⁴. O *Paráclito* foi enviado para interpretar corretamente tudo o que Jesus havia dito, guiando os cristãos no caminho da verdade (Cf. Jo 16,13). Ele também foi chamado para estar ao lado dos discípulos nos momentos de luta e de dor a fim de consolá-los (Cf. Jo 16,6-7). Ademais, o próprio Jesus prometeu que o *Paráclito* habitaria com eles e no interior deles (Cf. Jo 14,15-17). Dessa forma, o Espírito Santo se tornou a presença real mais íntima e duradora na vida dos discípulos e, por conseguinte, de todos aqueles que viessem a se converter (Cf. Jo 17,20). Por isso, o relacionamento pessoal e contínuo com o Cristo, somente seria possível mediante a habitação do *Paráclito* na vida humana, e essa habitação no interior dos cristãos concederia, a estes, autoridade para preparar as comunidades cristãs a fim de que pudessem enfrentar toda e qualquer situação. O Espírito se constituiu no único meio de se garantir a apostolicidade e a continuidade do ministério de Jesus. Pois, Ele transmitia aos fiéis apenas o que ouvia de Jesus, e, concomitantemente, anunciava o que haveria de vir, ou seja, as coisas novas que Lhe foram anunciadas (Cf. Jo 16,13). Isto é, o Espírito continuaria atualizando e transmitindo os ensinamentos de Jesus⁴⁵. Sendo assim, entende-se como e porque o *Paráclito* se tornou autoridade suprema na vida dos cristãos joaninos.

Com efeito, nas comunidades joaninas toda autoridade humana deveria ser submetida à autoridade divina (Cf. Jo 19,10-11; 1Jo 4,1). Jesus reapareceu a todos os discípulos, enviou-os, soprou sobre eles o Espírito Santo e concedeu poder a todos para perdoar pecados (Cf. Jo 20, 19-23). Como bem observou E. Schillebeeckx, da mesma forma que as comunidades pré-paulinas, também as

⁴⁴ *Ibid.*, p. 134.

⁴⁵ Cf. *Ibid.*, p. 135.

comunidades joaninas foram constituídas de membros de condição igual, em que só o Espírito de Deus, o Espírito de Cristo, tinha autoridade e traçava diretrizes ⁴⁶. Por isso, qualquer autoridade eclesial deveria ser submetida à autoridade do Espírito. Contudo, isso não significava que não houvesse disputas ou hostilidades excessivas contra aqueles que pensavam diferente dos membros da comunidade, principalmente, os judeus. Estes foram descritos da pior forma possível (Cf. Jo 3,19-21; 8,43-46.55; 12,35). Eles eram considerados como os filhos do demônio, aqueles que cometiam todo tipo de erro e de engano (Cf. 1Jo 3,8-10; 2,11.22; 4,1-6). Diante dessa dificuldade, de acordo com R. Brown, o desafio para a comunidade joanina era harmonizar a contradição aparente entre essa ira declarada em relação aos judeus, com os ensinamentos de amor praticados e ensinados por Jesus (Cf. Jo 13,34; 15,12.17; 1Jo 2,7-11; 3,23; 4,21; 2Jo 4-6). Para ele, a saída encontrada pela comunidade foi identificar esse amor como um amor somente recíproco aos irmãos. Isso, de certa forma, acentuou o distanciamento e o fechamento da comunidade joanina para os de fora ⁴⁷.

Justamente, por tudo isso, a única autoridade que poderia sobrepor-se às demais era a autoridade do Espírito. Contudo, convém destacar que o problema das disputas e divisões não estava no *Paráclito* em si, porém, na apelação hermenêutica que era feita sob a autoridade Dele, pelo coração humano. Pois, nas palavras de R. Brown, “se o Espírito é a máxima e a única autoridade, e se cada uma das partes apela a Ele como apoio à sua posição, passa a ser quase impossível fazer concessões e abdicar de compromissos” ⁴⁸. Sendo assim, parece inevitável que haja divisões, mesmo entre pessoas guiadas pelo Espírito, devido à subjetividade humana. Desta forma, torna-se fundamental que entre os cristãos haja, em primeiro lugar, discernimento do Espírito, e, posteriormente, abertura e diálogo em relação às outras formas de pensar, a fim de que a diversidade enriqueça as compreensões do Espírito e não produza cisões entre os crentes.

Ademais, em Jo 21,15-17, percebe-se claramente que, nas comunidades joaninas, a autoridade além de ser fundamentada no Espírito e no seguimento a Jesus, também exigia que o amor fosse expresso não apenas em palavras, mas, em atitudes (cf. também, 1Jo 3,18). Talvez, por isso, R. Brown entenda com razão

⁴⁶ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 128.

⁴⁷ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 150.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 153. Principalmente dentro de um esquema dualista em que tudo é trevas ou luz.

que, em primeira instância, o critério nessas comunidades para exercer autoridade não era tanto a apostolicidade em si, como em outras comunidades cristãs primitivas. Isso não implicava dizer que as comunidades joaninas, necessariamente, negassem ou rejeitassem o fundamento apostólico ou a sucessão apostólica. Porém, o discipulado era enfatizado como requisito primordial para o exercício de autoridade. E, obviamente, a continuidade dessa autoridade era proveniente do Discípulo Amado ⁴⁹. Por isso, os discípulos somente seriam reconhecidos verdadeiramente como discípulos de Jesus caso permanecessem na Palavra dele (Cf. Jo 8,31), e se amassem uns aos outros (Cf. Jo 13,35).

Além disso, os cristãos joaninos entendiam que não precisavam de mestres humanos. Eles eram ensinados pela unção do Espírito que recebiam e permanecia sobre eles (Cf. 1Jo 2,20.27). Para a comunidade, não havia necessidade de doutrinadores externos e, ao que parece, todas as vezes que se levantavam pessoas estranhas à comunidade reivindicando autoridade espiritual, elas eram colocadas à prova (Cf. 1Jo 4,1-3). Não obstante, isto não foi suficiente para impedir que, mesmo dentro das comunidades joaninas, alguns arrogassem para si maior importância (Cf. 3Jo 9), fazendo com que surgissem divergências (Cf. 3Jo 9-11). Por isso, o autor entende que, apesar da tradição joanina não aceitar que as autoridades eclesíásticas reivindicassem para si as prerrogativas do *Paráclito*, possivelmente, as comunidades joaninas poderiam tolerar, ainda que com relutância, a presença de bispos-presbíteros na função de mestres, objetivando um bem maior, a saber: a sobrevivência da comunidade, por intermédio da preservação da sã doutrina ⁵⁰.

Por fim, torna-se evidente que o amor-serviço (Cf. Jo 21,15-17; 1Jo 3,18) e a unção do Espírito doada a cada cristão (Cf. 1Jo 2,20.27) constituíam a base para a eclesiologia nas comunidades joaninas. Contudo, progressivamente, observa-se que eles não sustentaram essa base o suficiente para preservar o conteúdo da fé cristã nas comunidades ⁵¹, diante dos desafios enfrentados, culminando com uma

⁴⁹ Cf. BROWN, *A comunidade do discípulo amado*, op. cit., p. 90.

⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 165.

⁵¹ Cf. SCHILLEBEECKX, op. cit., p. 132. O autor afirma acertadamente que é possível ver em Raymond E. Brown, duas concepções divergentes de autoridade, no interior das comunidades joaninas. Cf. BROWN, *A comunidade do discípulo amado*, op. cit., p. 169, isso pode ser confirmado.

estrutura ministerial⁵². Somente a partir do capítulo 21 do Evangelho de João⁵³ é possível compreender como a autoridade espiritual foi se tornando ministerial, embora permanecesse a condição de que esta, nas palavras de E. Schillebeeckx, fosse “fundamentada numa vinculação pessoal de amor com a norma única: Jesus Cristo”⁵⁴. De qualquer forma, essa relação íntima e pessoal somente poderia subsistir nos cristãos, bem como, nas comunidades joaninas, por meio da presença viva de Jesus Cristo, através do *Paráclito*⁵⁵, o mestre por excelência (Cf. Jo 14,26; 16,13). Por isso, a busca dos cristãos joaninos por um relacionamento pessoal e contínuo com Jesus Cristo, baseado no amor a Jesus, ajudou no processo de solidificação das comunidades. Nos momentos de crises os cristãos rememoraram que os seus antepassados ao se manterem fiéis a Jesus Cristo, por amor, alcançaram a vitória porque Jesus estava com eles (Cf. Jo 16,4). E que, após a sua morte e ressurreição, em uma das suas aparições, Cristo soprou sobre os discípulos o Espírito Santo (Cf. Jo 20,22), o qual passou a habitar sempre neles (Cf. Jo 14,16-17). Os cristãos joaninos entenderam que era esse mesmo Espírito que garantiria a continuidade e a sobrevivência da Igreja. Portanto, a Igreja não deveria negligenciar que a necessidade intrínseca de pertencer a Jesus Cristo, exigiria um relacionamento de amor pessoal com Ele, por parte da Igreja, e que esse relacionamento deveria ser guiado pelo Espírito (Cf. Jo 16,13)⁵⁶.

Enfim, o seguimento a Jesus Cristo, por amor, proporcionou relações igualitárias entre os cristãos das comunidades joaninas. De certa forma, essas relações constituíram o ápice da vida cristã, muito mais do que os ofícios ou os carismas em outras eclesiologias. Pois, tanto os ofícios quanto os carismas eclesiásticos, na prática, tenderam a ser hierarquizados, o que não aconteceu em relação ao amor. Desse modo, a eclesiologia igualitária joanina garantiu que não existisse um cristão inferior a outro. Porque Deus é Espírito (Cf. Jo 4,24); e, o *Paráclito* habita em todos os cristãos que observam os mandamentos de Jesus (Cf.

⁵² Cf. *Ibid.*, p. 152. Para o autor, o fato da autoridade espiritual estar fundamentada no *Paráclito* não poder garantir a proteção da comunidade, sobretudo, em relação aos conflitos entres os separatistas e os cismáticos, fez com que esta aceitasse a estrutura de magistério autoritária de bispo-presbítero que se tornou predominante na Grande Igreja, no segundo século, embora, fosse totalmente estranha à tradição joanina.

⁵³ A maioria dos estudiosos concordam que esse capítulo é um acréscimo posterior.

⁵⁴ SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 133.

⁵⁵ Cf. BROWN, *A comunidade do discípulo amado, op. cit.*, p. 92.

⁵⁶ Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 123.

Jo 14,15-16), conduzindo-os em toda a verdade (Cf. Jo 16,13). Portanto, em uma eclesiologia baseada no discipulado por amor, todos são discípulos e, por conseguinte, possuem a mesma relevância.

2.6.

As epístolas pastorais

Nas epístolas pastorais percebe-se que a autoridade eclesial foi fruto de uma forte tendência para consolidar e fortalecer as lideranças locais que se apropriaram da autoridade doutrinal. E. Schillebeeckx afirma que essa tendência pode ser observada, principalmente, a partir de Timóteo e Tito. Estes, inclusive, não eram mais reconhecidos como apóstolos, mas como evangelistas, e queriam fortalecer a tradição paulina⁵⁷. Apesar das comunidades cristãs ainda serem domésticas, as expressões: “a casa de Deus”, “a grande casa” (Cf. 1Tm 3,15; 2Tm 2,20), identificavam uma evolução e aproximação das comunidades paulinas à estrutura patriarcal. Observa-se que, aos poucos, nessas comunidades pós-paulinas foi sendo adotado o modelo hierárquico do *paterfamilias*⁵⁸. Diferentemente, do primeiro momento em que elas foram formadas, quando essas comunidades eram mais livres e inspiradas pelo Espírito, e não havia, por assim dizer, uma preocupação maior com as questões doutrinárias. Ademais, as mulheres agora deveriam ficar quietas. Elas não poderiam mais ensinar, nem exercer nenhum tipo de autoridade nas assembléias (Cf. 1Tm 2,11)⁵⁹. As idosas deveriam ser

⁵⁷ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 91.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 65-68. Para melhor compreensão do termo, conferir respectivas páginas.

⁵⁹ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “b”, p. 2012. Em 1Cor 14,34-35, o mesmo parece estar acontecendo na comunidade de Corinto. Com razão esse texto é visto pelos estudiosos como uma inserção pós-paulina, principalmente, por fazer um apelo de obediência à Lei (Cf. Gn 3,16). Além disso, para muitos, entra em contradição com 1Cor 11,5. E, reflete o preconceito e o desprezo pelas mulheres nas comunidades paulinas, que teria surgido nas comunidades pastorais.

exemplos e ensinar as mais novas em casa (Cf. Tt 2,3-5) ⁶⁰. A razão pastoral era sempre o bom testemunho e a preservação da sã doutrina (Cf. 1Tm 6,1; Tt 2,10).

Em razão disso, percebe-se que, aos poucos, a liberdade foi cedendo lugar à obediência. Essa nova compreensão foi fruto de uma adaptação posterior do cristianismo ao ambiente cultural e político em que ele estava inserido. Nas comunidades cristãs, adotou-se a hierarquia e a obediência para mediar os relacionamentos sociais, apesar de nessas comunidades persistir um espírito de amor cristão.

Nota-se também, que, nessas comunidades destinatárias das epístolas pastorais, a estrutura de autoridade eclesiástica girava em torno dos delegados apostólicos com seu presbitério, limitando a participação dos demais cristãos. Conforme R. Brown, a direção autorizada de presbíteros e bispos foi a saída para manter a unidade e a integridade nas comunidades pastorais ⁶¹. Por isso, o autor afirma que Paulo teria dado ordem para que fossem designados, em cada cidade, presbíteros e bispos, a fim de que fosse preservada a sã doutrina nas Igrejas locais (Cf. Tt 1,5-14) ⁶². Isso acontecia porque se acreditava que estes homens, normalmente, porém não necessariamente anciãos, fossem sábios. Eles exerciam um papel funcional de supervisão pastoral. Ademais, os presbíteros e bispos também, tinham a incumbência de manter a unidade dos cristãos e das comunidades locais que, a rigor, reuniam-se nas casas e lutavam contra as forças desintegradoras. As qualidades dos presbíteros e bispos eram essenciais para o cumprimento da missão (Cf. Tt 1,7-9; 1Tm 3,3-5.26). O autor salienta que, naquele momento, as Igrejas cristãs deveriam considerar a respeitabilidade pública para instituir o seu clero. Contudo, ele reconhece que as ações que garantem essa respeitabilidade mudam com o passar do tempo. Logo, dever-se-ia mudar também a forma como se institui essa norma ⁶³.

R. Brown ainda evidencia os pontos fortes e fracos da resposta estrutural dessas Igrejas, que estão presentes nas epístolas pastorais, a saber: preservar a

⁶⁰ Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.* p. 92. Schillebeeckx parece ver neste texto a razão pela qual às mulheres é vedada a participação direta nas assembleias. Para ele, não há contradição com os ensinamentos anteriores. Trata-se apenas de um costume anterior diferente e, portanto, não contraditórios.

⁶¹ Cf. BROWN, Raymond Edward. *Priest and Bishop*. New York: Paulist, 1970. pp. 34-43, 65-72. Sobre o problema da designação e da função das autoridades da Igreja, nas epístolas pastorais.

⁶² Cf. BROWN, *As Igrejas dos apóstolos, op. cit.*, p. 38.

⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 42.

herança apostólica contra os ensinamentos e os mestres radicais; exigir uma conduta ética e moralmente sadia dos pastores; e, distinguir entre aqueles que ensinam e os que são ensinados. Para preservar a integridade de suas comunidades cristãs, os discípulos de Paulo personificavam a sua apostolicidade. Ele era aquele que possuía a capacidade de ensinar a sã doutrina (Cf. 1Tm 2,7; 2Tm 1,11; Tt 1,9; 2,1). Os inimigos, eram aqueles que queriam disputar (Cf. 1Tm 6,4-5; Tt 3,9) e, portanto, deveriam ser silenciados (Cf. 1Tm 1,3; Tt 1,11). No tocante a herança apostólica, o ponto forte das epístolas pastorais foi conservar o Espírito de Jesus e ser capaz de atualizar a mensagem cristã por intermédio das experiências cristãs do seu tempo. Isso deve valer também para todos os cristãos de cada tempo. Por outro lado, o ponto fraco seria a não estimulação dos cristãos, para aumentar e matizar a sã doutrina. As virtudes relacionadas, positivamente, aos presbíteros e bispos como prudência, sobriedade e equilíbrio, visavam garantir a boa administração das comunidades cristãs. Segundo R. Brown, o objetivo paulino ao escrever as epístolas pastorais, não era converter pessoas ao cristianismo, mas, articular uma estrutura eclesial que pudesse sobreviver ao longo dos tempos ⁶⁴. Paradoxalmente, essa estrutura foi cristalizada impedindo que as Igrejas pastorais primitivas fossem inovando o seu modo de ser.

Por fim, em relação àqueles que possuíam a responsabilidade de conduzir as Igrejas e os que eram conduzidos, a vantagem era que se, por um lado, aos primeiros competia conservar a doutrina padronizada o mais próximo possível dos ensinamentos de Jesus Cristo, por outro lado, nem sempre aqueles que levantavam questionamentos quanto ao que foi instituído como verdade, caracterizavam-se como adversários. Dessa forma, entende-se que revelar uma nova forma de apreender um conhecimento, diferente daquela que havia sido instituída não deveria ser, necessariamente, considerado rebeldia. As Igrejas precisavam contar com o auxílio do Espírito Santo (Cf. 2Tm 1,14), para atualizar as verdades reveladas. A maior dificuldade residia na afirmação pastoral de que todos deveriam ser submissos aos magistrados e às autoridades (Cf. Tt 3,1), fortalecendo o poder instituído e menosprezando o espírito construtivo, inovador e colaborador ⁶⁵. Isso, de certa forma, impossibilitou o crescimento natural da

⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 50.

⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 55.

Igreja, bem como, dificultou o processo de desenvolvimento dos carismas do Espírito, nessas comunidades pastorais. Além disso, havia o perigo de tornar a liderança eclesiástica inflexível, intolerante e intolerável. Tendo em vista, o risco de se colocar os líderes eclesiásticos e religiosos como alguém acima de todos, o que de certa forma provocaria um distanciamento entre a liderança das Igrejas e os demais fiéis que também constituem o Corpo de Cristo.

Conclusão

Diante do exposto, convém ressaltar a importância de se compreender bem, como o processo de autoridade eclesiástica se desenvolveu nas Igrejas cristãs primitivas. Desde o nascimento das comunidades primitivas percebeu-se a necessidade da organização. O próprio Jesus, ainda que não intencionalmente, parece ter lançado as bases para a instituição de um sistema organizacional na Igreja quando escolheu e preparou os Doze para enviá-los e depois os Setenta (Cf. Mc 3,13-15; Lc 6,12-13; 10,1-12). Entre os Doze, destacam-se três: Simão, Tiago e João ⁶⁶. Como bem observou Franco Pierini, em princípio, sobressaiu-se Simão, que recebeu do próprio Cristo a alcunha de Cefas, que quer dizer pedra, originando o nome Pedro, sendo colocado “como chefe do grupo apostólico e fundamento da Igreja nascente” (Cf. Mt 16,18-19; Lc 22,32; Jo 21,15-17) ⁶⁷. Mas, como foi demonstrado no início do capítulo, já na Igreja de Jerusalém, Tiago assumiu o papel da liderança eclesiástica. Dessa forma, percebeu-se que o carisma apostólico, logo foi se transformando em instituição propriamente dita. Além disso, nas primeiras comunidades cristãs, encontram-se sinais de uma ordem na Igreja. Em Atos 11, faz-se referência aos anciãos (Cf. At 11,30) e no capítulo 20 aos “anciãos, vigilantes, episcopos e bispos” (Cf. At 20,17.28.31). Ou seja, nota-se que o princípio de autoridade estava presente no processo de formação das

⁶⁶ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “1”, p. 2032. É preciso respeitar as variantes.

⁶⁷ PIERINI, Franco. *Curso da história da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1998. p. 48.

comunidades primitivas cristãs, bem como, no decorrer de todo o seu desenvolvimento. No entanto, não é difícil compreender como a hierarquia eclesiástica foi se estabelecendo na Igreja primitiva, assumindo a autoridade. Henri Petiot esclarece que nos textos de São Clemente e na *Didaquê* aparecem apenas duas categorias de autoridades, a saber: os bispos e os diáconos. As comunidades eram dirigidas por um colégio de episcopos ou presbíteros, termos que podem ser considerados sinônimos naquela época, os quais pareciam exercer autoridade direta sobre os diáconos. Todavia, segundo o autor, Santo Inácio de Antioquia entendia a hierarquia eclesiástica em três graus: os diáconos; os bispos, que eram a imagem do Pai; e os presbíteros, considerados o “Senado de Deus, a Assembléia dos Apóstolos”⁶⁸. Para L. J. Rogier, essa mesma organização também pôde ser vista em dois textos do *Pastor de Hermas*: a *Visão III* e a *Similitude IX*, em que Hermas distinguiu as categorias da hierarquia⁶⁹. Nesse caso, os presbíteros teriam a função de auxiliar os bispos, buscando uma visão equilibrada para a comunidade cristã. Com efeito, H. Petiot observa que o bispo surgiu como figura principal na comunidade, encarnando em sua própria pessoa o princípio da autoridade. Sendo venerado e imbuído de grande poder, passou a dominar toda a comunidade, assumindo as atribuições litúrgicas, doutrinárias, de administração dos bens da comunidade e de vigilância moral e espiritual, diferentemente, dos apóstolos na instituição dos diáconos que preferiram permanecer na “pregação do Evangelho” (Cf. At 6,1-7)⁷⁰.

Convém ressaltar ainda, que, mesmo a Igreja como Corpo de Cristo, humanamente, precisa ser governada por uma hierarquia instituída. Todavia, percebeu-se que essa hierarquia gradativamente foi se distanciando, principalmente, da *práxis* das comunidades cristãs primitivas paulinas e joaninas, que fundamentavam a autoridade eclesiástica nos carismas e no amor-serviço. E, aos poucos, foi assumindo uma estrutura mais sinagoga, como a que predominou na Igreja de Jerusalém. Infelizmente, para aqueles que desejavam a descentralização do poder na Igreja, essa estrutura de magistério autoritária de bispo-presbítero também foi se tornando predominante na grande Igreja, a partir do segundo século.

⁶⁸ PETIOT, *op. cit.*, p. 230.

⁶⁹ Cf. ROGIER L. J. *et al.*, *op. cit.*, p. 132.

⁷⁰ Cf. PETIOT, *op. cit.*, p. 232.

Evidenciou-se também, pelos escritos do NT, que o Espírito Santo ⁷¹ exerceu um papel fundamental na linha continuativa de sucessão apostólica, no processo de desenvolvimento e expansão das comunidades cristãs primitivas, e na sustentação da autoridade nas Igrejas cristãs. No livro de Atos, Lucas demonstra como o poder e a força do Espírito Santo foram fundamentais para o nascimento, estabelecimento e desenvolvimento das comunidades cristãs. Por isso, quando os discípulos foram tomados por esse poder e força, jamais poderiam ficar estáticos olhando para o céu (Cf. At 1,11). Eles não poderiam deixar de falar sobre o que viram e ouviram (Cf. At 2,33; 4,8.20.31). Ao contrário, eles precisariam se fortalecer e agir na força do Espírito (Cf. At 8,29.39; 9,31; 10.38.44-47; 11,12.15; 13.2.4; 16,6-7; 19,21; 20,28). Isso é, a ação do Espírito Santo foi decisiva em toda a história das comunidades cristãs primitivas. O Espírito agiu, principalmente, produzindo unidade e uma forte ênfase na coletividade eclesial nas comunidades cristãs, mesmo em meio às adversidades.

Por fim, em um tempo quando muitas pessoas, simultaneamente, questionam e ambicionam a autoridade eclesiástica, convém ressaltar as palavras de Raymond Edward Brown: “a maior dignidade que se deve ambicionar não é nem a papal, nem a episcopal, nem a sacerdotal; a maior dignidade é a de pertencer à comunidade dos discípulos amados de Jesus Cristo” ⁷². Para tanto, é preciso reconhecer que assim como o Espírito Santo foi essencial, eficaz e eficiente no processo de formação e condução das comunidades cristãs primitivas, Ele também O será na administração da autoridade eclesial, nas Igrejas cristãs contemporâneas.

⁷¹ O termo Espírito Santo aparece mais de noventa vezes no NT.

⁷² BROWN, *A comunidade do discípulo amado*, op. cit., p. 171.